JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.01.14 06:11:32 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 14, 15 e 16 de janeiro de 2023 • Nº 1481 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

As primeiras ideias

PÁGINA 4

ATIVIDADE ECONÔMICA

IBC-Br tem queda de 0,55% em novembro

A atividade econômica brasileira registrou queda de 0,55% em novembro, na comparação com outubro, de acordo com dados divulgados nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC). No acumulado do ano, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), teve alta de 3,26%. Na comparação com novembro do ano anterior, o IBC-Br apresentou crescimento de 1,65%. Em 12 meses, o índice registrou alta de 3,15%. Os dados são dessazonalizados, ou seja, desconsideram diferenças de feriados e de oscilações da atividade econômica, típicas de determinadas épocas do ano. PÁGINA 2

TERROR EM BRASÍLIA

Exército 'golpista' impediu desmonte de acampamento

O governador afastado do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB) afirmou em depoimento à Polícia Federal nesta sexta-feira que o Exército impediu que as forças de segurança do DF desmontassem o acampamento em frente ao quartel-general de Brasília. Segundo apurou a reportagem, Ibaneis disse que enviou equipes para o local, mas elas foram impedidas de realizar o trabalho pelo Comando Militar do Planalto. Ele contou à PF que havia o objetivo de desmobilizar o acampamento até o dia 29 de dezembro, mas os bolsonaristas permaneceram no local com o veto da operação policial para o desmonte do acampamento. Segundo relatos de pessoas com conhecimento do depoimento, Ibaneis soube da viagem de Anderson Torres, ex-ministro de Jair Bolsonaro e ex-secretário de Segurança do DF, apenas no último dia 7. PÁGINA 3

NOVEMBRO

Produção da indústria cresce em nove estados

Apesar de ter apresentado uma variação negativa de 0,1% na média nacional, de outubro para novembro de 2022, a produção industrial cresceu em nove dos 15 locais pesquisados, no período. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional, divulgada nesta sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As maiores altas foram observadas no Paraná (8,5%) e Espírito Santo (7,6%). Outros estados com crescimento da indústria em novembro foram Ceará (4,3%), Mato Grosso (3,8%), Bahia (3,5%), São Paulo (3,1%), Minas Gerais (2,2%), Santa Catarina (0,3%) e Amazonas (0,1%). Por outro lado, seis locais tiveram queda no período, incluindo a Região Nordeste. PÁGINA 2

MARCELO CAMARGO/ABRASL

Moraes inclui Bolsonaro em investigação por incitar ataques

A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu e o STF (Supremo Tribunal Federal) aceitou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) seja incluído no inquérito que apura a instigação e autoria intelectual dos atos golpistas que resultaram na depredação da sede dos três Poderes, em Brasília. A inclusão de Bolsonaro no rol de investigados foi decidida pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. A solicitação foi feita após 80 integrantes do Ministério Público Federal pedirem ao procurador-geral da República, Augusto Aras, a investigação de Bolsonaro por suspeita de incitação pública à prática de crime. Os procuradores entenderam que o ex-presidente é suspeito de ter cometido este crime após ter postado no Facebook, na terça-feira passada, um vídeo questionando a regularidade das eleições e apagado depois. "Ao longo dos últimos anos, Jair Messias Bolsonaro se comportou de forma convergente com amplas campanhas de desinformação envolvendo o funcionamento das instituições brasileiras e as eleições do país", diz o texto dos procuradores. Segundo eles, Bolsonaro "ocupou o mais alto cargo do país", tem "posição de destaque na câmara de eco desinformativo" e contribuiu "para que a confiança de boa parte da população na integridade cívica brasileira fosse minada". "É à luz desse contexto que deve ser interpretada a postagem", afirmam. PÁGINA 3

AMERICANAS

Decisão da Justiça barra bloqueio de ativos

A Americanas entrou nesta sexta-feira com pedido de tutela de urgência cautelar junto à 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Com isso, a empresa consegue impedir que seus ativos sejam bloqueados a pedido de credores, por exemplo. O juiz Paulo Assed concedeu a medida, à qual a reportagem teve acesso, que tem o objetivo de suspender qualquer possibilidade de bloqueio, sequestro ou penhora de bens da varejista, que também fica desobrigada de pagar suas dívidas até que um eventual pedido de recuperação judicial seja feito à Justiça. A Americanas tem agora 30 dias para confirmar se vai entrar com um pedido de recuperação judicial. A companhia lida com o escândalo contábil de R$ 20 bilhões. PÁGINA 2

PF busca agentes que liberaram invasão

A Polícia Federal busca identificar agentes do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) suspeitos de facilitar o acesso de vândalos no Palácio do Planalto no domingo, dia 8. Segundo pessoas familiarizadas com o caso, imagens do momento da invasão vão ser usadas para tentar chegar aos servidores que teriam aberto caminho para os golpistas. Há inquérito na PF em andamento para apurar em várias frentes as invasões aos prédios dos três Poderes. Militares devem ser chamados para prestar depoimento em breve. As investigações em curso incluem todas as ações ou omissões que tenham permitido a entrada aos locais e o rastro de destruição que foi criado. A ideia é cruzar as imagens com a lista de pessoas que estavam trabalhando naquele dia. De acordo com quem acompanha as apurações, já há alguns nomes suspeitos. Na quinta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ter convicção de que policiais e militares deixaram os manifestantes golpistas invadirem a sede do Poder Executivo. Ainda no domingo, petistas passaram a desconfiar que teria havido inação por parte do GSI. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -0,84% / 110.916,08 / -934,14 / Volume: R$ 20.583.779.762 / Negócios: 3.612.245

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
AMERICANAS ON NM	3.15	+15.81	+0.43
MAGAZ LUIZA ON NM	3.43	+7.52	+0.24
MINERVA ON NM	15.25	+4.67	+0.68
CARREFOUR BRON NM	14.76	+2.50	+0.36
SLC AGRICOLAON NM	46.54	+1.50	+0.69

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	8.00	–6.54	–0.56
ALPARGATAS PN N1	13.62	–6.13	–0.89
CVC BRASIL ON NM	4.60	–5.93	–0.29
AZUL PN N2	11.66	–5.36	–0.66
MRV ON NM	7.19	–5.27	–0.40

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	93.82	+0.09	+0.08
MAGAZ LUIZA ON NM	3.43	7.52	+0.24
PETROBRAS PN N2	24.57	–0.24	–0.06
AMERICANAS ON NM	3.15	+15.81	+0.43
AMBEV S/A ON	13.88	–1.56	–0.22

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.302,61	+0,33
NASDAQ Composite	11.079,156	+0,71
Euro STOXX 50	4.151,26	+0,46
CAC 40	7.023,5	+0,69
FTSE 100	7.844,07	+0,64
DAX 30	15.086,52	+0,19

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,45% (dez.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,62% (dez.)	Compra: 5,5669	Venda: 5,7469
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(07/12)	13,75%	0,51	até o dia 13/jan.	Compra: 5,1140	Venda: 5,1146
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
14/01)	0,71%	BM&F/grama	R$ 309,00	Compra: 5,1058	Venda: 5,1064
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(dez./22)	0,2425%	Compra: 5,5287	Venda: 5,5293	Compra: 5,1104	Venda: 5,2904

MERCADOS

Bolsa fecha em baixa de 0,83% com recuo do IBC-Br; dólar sobe

RENATO CARVALHO/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em queda nesta sexta-feira, enquanto o dólar encerra a semana no menor patamar desde o início de novembro do ano passado, seguindo tendência mundial.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em baixa de 0,83% a 110.916 pontos. Na semana, o índice acumulou alta de 1,8%. O dólar comercial à vista fechou esta sexta-feira em alta de 0,15%, a R$ 5,107. É o menor fechamento desde o dia 7 de novembro do ano passado, pouco depois do segundo turno das eleições presidenciais. Na semana, a queda do dólar foi de 2,5%.

Os juros passaram o dia mais próximos da estabilidade. Os contratos com vencimento em 2024 recuaram de 13,45% no fechamento desta quinta para 13,44% nesta sexta. Para 2025, a taxa subiu de 12,4% para 12,42%. Nos contratos de 2027, a taxa avançou de 12,11% para 12,2%.

Em Nova York, os índices Dow Jones e S&P 500 subiram 0,33% e 0,4% nesta sexta-feira, e o Nasdaq 100 avançou 0,71%.

As ações ordinárias da Americanas subiram 15,8%, recuperando parte das perdas do dia anterior, quando caíram quase 80%. A empresa anunciou na última quarta-feira a descoberta preliminar de cerca de R$ 20 bilhões em "inconsistências" em seu balanço, que levou às renúncias do presidente e do diretor financeiro.

IBC-BR

Atividade econômica registra queda de 0,55% em novembro

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A atividade econômica brasileira registrou queda de 0,55% em novembro, na comparação com outubro, de acordo com dados divulgados nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC). No acumulado do ano, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), teve alta de 3,26%.

Na comparação com novembro do ano anterior, o IBC-Br apresentou crescimento de 1,65%. Em 12 meses, o índice registrou alta de 3,15%. Os dados são dessazonalizados, ou seja, desconsideram diferenças de feriados e de oscilações da atividade econômica, típicas de determinadas épocas do ano.

De outubro para novembro, o índice calculado pelo BC passou de 143,85 pontos para 143,06 pontos na série dessazonalizada.

O ICB-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajudar o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano.

Segundo o Banco Central, o índice terminou o trimestre de 2022, encerrado em novembro, com queda 0,68%, isso na comparação com o trimestre anterior e considerando os dados dessazonalizados. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, o IBC-Br apresentou alta de 3,32%.

NOVEMBRO

Apesar da queda nacional, indústria cresce em nove estados

Apesar de ter apresentado uma variação negativa de 0,1% na média nacional, de outubro para novembro de 2022, a produção industrial cresceu em nove dos 15 locais pesquisados, no período. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional, divulgada nesta sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

As maiores altas foram observadas no Paraná (8,5%) e Espírito Santo (7,6%). Outros estados com crescimento da indústria em novembro foram Ceará (4,3%), Mato Grosso (3,8%), Bahia (3,5%), São Paulo (3,1%), Minas Gerais (2,2%), Santa Catarina (0,3%) e Amazonas (0,1%).

Por outro lado, seis locais tiveram queda no período, incluindo a Região Nordeste (-1,3%), única região a ter seus dados consolidados divulgados pela pesquisa. A maior queda foi observada no Pará (-5,2%). Também apresentaram perdas os estados de Pernambuco (-2%), Rio Grande do Sul (-1,3%), Rio de Janeiro (-0,9%) e Goiás (-0,3%).

COMPARAÇÕES

Na comparação com novembro de 2021, apenas cinco dos 15 locais pesquisados sustentaram a alta nacional de 0,9%, entre eles São Paulo (7,3%) e Rio de Janeiro (6%). Por outro lado, dez locais tiveram quedas. As perdas mais expressivas foram registradas pelo Pará (-16,5%), Espírito Santo (-12,2%) e Paraná (-9,8%).

No acumulado de janeiro a novembro de 2022, oito locais tiveram perdas, enquanto sete tiveram altas. Os principais recuos ficaram com Pará (-8,9%) e Espírito Santo (-7,2%). Já a principal alta foi observada no Mato Grosso (21,3%).

No acumulado de 12 meses, a produção industrial teve recuos em nove dos 15 locais pesquisados, com destaque, mais uma vez, para os estados do Pará (-8,9%) e Espírito Santo (-6,7%). Dos seis locais com alta, destacou-se o Mato Grosso (21,6%).

DAVOS

Marina e Haddad vão representar o Brasil em Fórum Econômico

PEDRO RAFAEL VILELA

O governo brasileiro enviará os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) para o encontro anual do Fórum Econômico Mundial, que será realizado entre os dias 16 e 20 de janeiro, em Davos, na Suíça. Ambos embarcam para a Europa neste fim de semana.

O tema desse ano do Fórum de Davos é cooperação em um mundo fragmentado. O evento deve reunir 2,7 mil líderes internacionais de 130 países. São esperados também 52 chefes de Estado e de governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu não participar do encontro esse ano. A primeira viagem internacional do presidente será nos dias 23 e 24, para a Argentina. Além de líderes e representantes de governo, o Fórum Econômico Mundial reúne CEOs de grandes empresas, investidores e outros agentes econômicos. Segundo o Ministério da Fazenda, que não divulgou detalhes sobre a agenda de encontros bilaterais de Haddad, o foco da participação é enviar uma mensagem de que o Brasil é um ator internacional central para os desafios econômicos globais.

Na visão do governo brasileiro, a presença de Marina Silva também sinaliza que as reformas econômicas caminham junto com os objetivos de sustentabilidade, que está no topo das preocupações geopolíticas atuais. Os dois ministros brasileiros devem participar de uma atividade conjunta em Davos.

A comitiva de Haddad contará com a participação da secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, e do assessor especial Mathias Alencastro, que também atua na área internacional da pasta.

ROMBO

Decisão da Justiça impede bloqueio de ativos da Americanas

DANIELE MADUREIRA/FOLHAPRESS

A Americanas entrou nesta sexta-feira com pedido de tutela de urgência cautelar junto à 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Com isso, a empresa consegue impedir que seus ativos sejam bloqueados a pedido de credores, por exemplo.

O juiz Paulo Assed concedeu a medida, à qual a reportagem teve acesso, que tem o objetivo de suspender qualquer possibilidade de bloqueio, sequestro ou penhora de bens da varejista, que também fica desobrigada de pagar suas dívidas até que um eventual pedido de recuperação judicial seja feito à Justiça.

A Americanas tem agora 30 dias para confirmar se vai entrar com um pedido de recuperação judicial. A companhia lida com o escândalo contável de R$ 20 bilhões, anunciado pelo ex-presidente da empresa, Sergio Rial, na quarta-feira passada.

No pedido de tutela, a empresa afirma que a descoberta do rombo contábil de R$ 20 bilhões pode acarretar "no vencimento antecipado e imediato de dívidas em montante aproximado de R$ 40 bilhões".

FIESP

Josué marca reunião com Alckmin no dia de 'golpe' contra ele

O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, convidou o vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, para um almoço na Fiesp nesta segunda-feira. Vai ser um dia movimentado na federação das indústrias paulistas, porque o evento acontece no mesmo dia em que está marcada a assembleia geral extraordinária convocada para ouvir as queixas de sindicatos insatisfeitos com a gestão de Josué na Fiesp. A coincidência das agendas é vista como um sinal de força de Josué, que mostra afinação com o governo neste momento de turbulência da entidade.

Para a reunião com Alckmin foram chamados os presidentes e delegados de sindicatos, diretoria, conselheiros e diretores dos departamentos da Fiesp, que discutirão as propostas da indústria com o ministro.

Mais tarde, acontece a tão esperada assembleia, cujo edital, assinado por Josué, informa aos delegados representantes que pretende tratar de duas questões. A primeira são os pontos apontados pelos sindicatos insatisfeitos, e a segunda, o exercício do direito a ampla defesa e contraditório do presidente da entidade em relação às queixas.

PACOTE

Após reunião com Haddad, economistas reforçam urgência de novas regras fiscais

ANA PAULA BRANCO/FOLHAPRESS

As propostas para contas públicas apresentadas na quinta-feira passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) (**foto**), foram bem recebidas por economistas de grandes instituições financeiras convidados para uma reunião na manhã desta sexta-feira, disseram dois dos participantes, após o encontro.

Eles ressaltaram, porém, a importância de duas outras medidas para aumentar a confiança dos credores na capacidade do governo Luiz Inácio Lula da Silva de controlar a trajetória da dívida: novas regras finais (o chamado arcabouço fiscal) e reforma tributária.

Como mostrou a Folha, economistas já vinham alertando a Fazenda sobre a importância de acelerar a definição das novas regras, para reduzir o custo político da tramitação do Orçamento.

ABRAIL

Na saída do encontro, Joaquim Levy, economista-chefe do Banco Safra, disse que Haddad reforçou as indicações feitas na véspera, na apresentação do pacote de medidas. "A boa notícia é que eles estão olhando com bastante atenção os próximos passos. A reforma tributária, que é fundamental, e o arcabouço fiscal, olhando para o gasto. Acho que foi muito construtivo."

Ex-ministro da Fazenda (no governo Dilma), Levy afirma que a sinalização do ministro para os próximos anos dá "um mapa" do que será possível esperar da economia brasileira e do seu crescimento.

Segundo o economista-chefe do BTG, Mansueto Almeida, Haddad refez a promessa de entregar novas regras fiscais no primeiro semestre deste ano –a PEC que elevou a permissão de gastos fora do teto estabelece como prazo o final de agosto.

Mansueto, que foi secretário do Tesouro durante o governo Bolsonaro, também disse considerar positivas as perspectivas de avanço da reforma tributária. "Já tem a proposta a partir da PEC 110 e da PEC 145, tem uma pessoa que entende bastante de reforma tributária, que é Bernard Appy.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 31º 22º 85% 05:32 18:57 **VERÃO:** Aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

TERROR EM BRASÍLIA

Exército 'golpista' impediu desmonte de acampamento

FABIO SERAPIÃO E CÉZAR FEITOZA/FOLHAPRESS

O governador afastado do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB) afirmou em depoimento à Polícia Federal nesta sexta-feira que o Exército impediu que as forças de segurança do DF desmontassem o acampamento em frente ao quartel-general de Brasília.

Segundo apurou a reportagem, Ibaneis disse que enviou equipes para o local, mas elas foram impedidas de realizar o trabalho pelo Comando Militar do Planalto.

Ele contou à PF que havia o objetivo de desmobilizar o acampamento até o dia 29 de dezembro, mas os bolsonaristas permaneceram no local com o veto da operação policial para o desmonte do acampamento.

Segundo relatos de pessoas com conhecimento do depoimento, Ibaneis soube da viagem de Anderson Torres, ex-ministro de Jair Bolsonaro e ex-secretário de Segurança do DF, apenas no último dia 7.

O governador afastado relatou ter sido informado pelo próprio Torres quando ligou para cobrar explicações sobre o planejamento da segurança para os atos golpistas que ocorreriam no domingo, dia 8.

Torres atendeu o telefone momentos após desembarcar nos Estados Unidos, conforme os relatos. Com a ausência do secretário, Ibaneis passou a tratar das ações de segurança com o então número 2 da pasta, o delegado Fernando de Sousa Oliveira.

Sobre a ação no domingo, Ibaneis repetiu o que já havia dito sobre ter sido informado de que tudo transcorria dentro da mais absoluta normalidade.

Ibaneis afirmou ao delegado responsável pelo caso ter sido pego de surpresa pela inação da PM e pelas imagens de policiais confraternizando com golpistas.

De acordo com pessoas que acompanharam o relato, Ibaneis aproveitou para rebater a tese de que a PM teria escoltado os golpistas até a praça dos Três Poderes.

No depoimento, ele disse que a escolta é uma tática utilizada pelos policiais para conter os manifestantes.

Ibaneis foi afastado por 90 dias do cargo por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Na decisão, o ministro lista os motivos do afastamento. Entre eles, a "omissão e conivência" do governador com os atos golpistas que resultou na "ausência do necessário policiamento" da Polícia Militar do DF, a autorização para a entrada de ônibus de manifestantes em Brasília e a "total inércia no encerramento do acampamento criminoso na frente do QG do Exército".

Na quarta-feira passada, a defesa de Ibaneis encaminhou um memorial ao ministro Alexandre de Moraes e se colocou à disposição do ministro.

No documento, os advogados do governador afastado afirmam que o plano de ações de segurança pública para o domingo foi sabotado, e que isso permitiu a invasão de golpistas às sedes dos três Poderes.

PGR pede ao STF que Bolsonaro seja investigado por incitação a ataques golpistas

JOSÉ MARQUES/FOLHAPRESS

A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) seja incluído no inquérito que apura a instigação e autoria intelectual dos atos golpistas que resultaram na depredação da sede dos três Poderes, em Brasília.

A solicitação foi feita após 80 integrantes do Ministério Público Federal solicitarem ao procurador-geral da República, Augusto Aras, a investigação Bolsonaro por suspeita de incitação pública à prática de crime.

Os procuradores entenderam que o ex-presidente é suspeito de ter cometido este crime após ter postado, na terça-feira passada, um vídeo questionando a regularidade das eleições e apagado depois.

A invasão e depredação do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF (Supremo Tribunal Federal) teve como consequência a prisão de centenas de pessoas suspeitas de participação no vandalismo e o afastamento do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), além de ordens de prisão contra o ex-ministro de Bolsonaro Anderson Torres e o ex-comandante da Polícia Militar do DF, Fabio Augusto Vieira.

PF busca identificar agentes do GSI que facilitaram invasão do Planalto

JULIA CHAIB/FOLHAPRESS

A Polícia Federal busca identificar agentes do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) suspeitos de facilitar o acesso de vândalos no Palácio do Planalto no domingo, dia 8.

Segundo pessoas familiarizadas com o caso, imagens do momento da invasão vão ser usadas para tentar chegar aos servidores que teriam aberto caminho para os golpistas.

Há inquérito na PF em andamento para apurar em várias frentes as invasões aos prédios dos três Poderes. Militares devem ser chamados para prestar depoimento em breve.

As investigações em curso incluem todas as ações ou omissões que tenham permitido a entrada aos locais e o rastro de destruição que foi criado.

A ideia é cruzar as imagens com a lista de pessoas que estavam trabalhando naquele dia. De acordo com quem acompanha as apurações, já há alguns nomes suspeitos.

Na quinta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ter convicção de que policiais e militares deixaram os manifestantes golpistas invadirem a sede do Poder Executivo.

Ainda no domingo, petistas passaram a desconfiar que teria havido inação por parte do GSI. O gabinete é responsável por cuidar da segurança de dentro do Planalto.

Como a Folha de S.Paulo mostrou, mesmo diante do risco de invasão aos prédios públicos, o órgão não reforçou a segurança do palácio e deixou apenas a guarda comum de fim de semana para resguardar a sede do Executivo no domingo.

O general Gonçalves Dias, escolhido por Lula para chefiar o GSI, disse a aliados do Exército na sexta-feira, dia 6 e no sábado, dia 7, que o cenário era de tranquilidade.

Segundo relatos feitos à Folha de S.Paulo, ele afirmou por mensagens de WhatsApp e ligações que a Secretaria de Segurança Pública do DF tinha um plano de segurança que proibia o acesso de manifestantes na praça dos Três Poderes -fato que, na visão dele, reduzia riscos de invasão ao prédio.

Sem a convocação de pessoal, o Palácio do Planalto amanheceu no domingo somente com seis sentinelas e dois guardas do BGP (Batalhão de Guarda Presidencial). O reforço na segurança do GSI só ocorreu após os ataques.

Perícia da Polícia Federal vai identificar onde minuta de decreto golpista foi feita

JULIANA BRAGA/FOLHAPRESS

A minuta de um decreto para o então presidente Jair Bolsonaro (PL) instaurar estado de defesa na sede do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) vai passar pela perícia da PF (Polícia Federal) para buscar identificar onde, quem e em que circunstâncias ela foi elaborada.

O objetivo é esclarecer a responsabilidade sobre o documento e o quão longe chegou uma eventual tentativa de golpe depois do resultado das eleições de 2022. O procedimento é praxe na corporação.

O documento foi encontrado na casa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres, alvo de um pedido de prisão por parte do STF (Supremo Tribunal Federal).

A perícia pode identificar onde o documento foi digitado, se há algum elemento que ligue aos computadores do governo federal, ou, até mesmo, quem manuseou o papel. Pode verificar, também, quando ele foi elaborado e a partir daí os investigadores podem fazer o cruzamento com declarações de integrantes da gestão Bolsonaro no mesmo período para constatar o contexto político da confecção da minuta.

Pessoas a par da investigação destacam, por exemplo, uma fala do ex-ministro da Defesa e candidato à vice de Bolsonaro, general Braga Netto, em 19 de novembro. Na ocasião, dirigiu-se a apoiadores do antigo governo pedindo fé e um tempo. "É só o que eu posso falar para vocês agora", declarou na ocasião. Os investigadores querem entender se há relação entre manifestações desse tipo e a minuta.

Também chamou a atenção o fato de a minuta respeitar as regras para elaboração de decretos desse tipo, indicando ter sido escrito por alguém com profundo conhecimento legislativo.

A apreensão da minuta abre novas rotas de investigação sobre os ataques aos Três Poderes em 8 de janeiro. Segundo especialistas, a informação revelada pela Folha de S.Paulo representa um indício jurídico que pode pesar contra Torres e Bolsonaro, mas cujas reais implicações e efeitos para ambos dependerão dos próximos passos e de outros elementos de prova.

Nota

PROMOTORES DO RJ PEDEM EXONERAÇÃO EM MASSA APÓS CASTRO IGNORAR LISTA TRÍPLICE

Na tarde desta sexta-feira, 29 promotores do Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado), do Ministério Público do Rio de Janeiro, pediram exoneração. O movimento ocorre após o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), reconduzir Luciano Mattos ao cargo de procurador-geral da Justiça. Entre os promotores que pediram saída do Gaeco estão os responsáveis pela força-tarefa do caso Marielle Franco, vereadora do PSOL assassinada a tiros em março de 2018. Integrantes do grupo também investigam a atuação do tráfico e das milícias no estado. Mattos foi o segundo mais votado na eleição promovida pelo órgão. A decisão do governador contraria a tradição de escolher para a procuradoria o mais votado da lista tríplice. Indagado sobre os pedidos de exoneração, Castro disse que a questão "é um problema interno deles (Ministério Público)". "Não tenho que me meter. Fiz minha escolha democraticamente", afirmou. Mattos enviou uma carta à categoria, antes dos pedidos, dizendo que a escolha foi democrática. Os promotores justificaram o pedido de exoneração dizendo que houve quebra de "compromisso assumido e ratificado por Vossa Excelência (Mattos) perante a classe".

CARGO COMISSIONADO

Tarcísio muda decreto de nepotismo após 'desnomear' cunhado

Após dizer que não sabia que a nomeação de um cunhado para um cargo comissionado era proibida, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), alterou o decreto estadual que previne o nepotismo para incluir a categoria "concunhado".

Tarcísio havia nomeado, na quarta-feira passada, seu cunhado Mauricio Pozzobon Martins, que é marido da irmã da mulher do governador, como assessor especial, com salário inicial de R$ 21.017,85.

Um dia depois, ele recuou e tornou a nomeação sem efeito "baseado em entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF)", segundo o governo.

O STF, por meio da súmula vinculante 13, de 2008, estabeleceu que o nepotismo viola a Constituição Federal. Num caso julgado em 2019, o Supremo definiu que "para efeitos da súmula vinculante 13, os chamados 'concunhados' estão abrangidos no conceito de parente de 3º grau em linha colateral".

"Quando nomeei, eu achei que pudesse. Quando você pega a definição de parentesco do Código Civil, concunhado não aparece, mas uma decisão do (ministro Luiz Edson) Fachin (do Supremo Tribunal Federal) de 2019 inclui o concunhado, em adição ao que está na súmula 13 do Supremo Tribunal Federal. É coisa que acontece", afirmou Tarcísio na quinta-feira.

Desde 2009, um decreto estadual estabelece que os indicados para atuar no Governo de São Paulo preencham uma declaração respondendo se são cônjuges ou parentes da autoridade que faz a nomeação ou "de servidor do Poder Executivo investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento".

Nesta sexta-feira, o governo publicou uma alteração no decreto, que lista quais são os parentes vetados para incluir a categoria concunhado, caso de Martins.

"Parentes em linha reta: pais, avós, bisavós, filho(a), neto(a) e bisneto(a). Parentes em linha colateral: irmão(ã), tio(a) e sobrinho(a). Parentes por afinidade: genro, nora, sogro(a), enteado(a), madrasta, padrasto, cunhado(a) e concunhado(a)", diz o novo texto.

Outra mudança é que, a partir de agora, além de responder se tem parentes no Poder Executivo, o nomeado deve preencher um formulário que detalha qual o cargo do eventual parente, se é um cargo comissionado ou de carreira, e se a nomeação do parente ocorreu antes ou depois da edição da súmula, em 2008.

Apesar de voltar atrás na nomeação de Martins, Tarcísio manteve a nomeação do cunhado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), de quem é aliado. Diego Torres Dourado, irmão da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, foi nomeado, como mostrou a coluna Painel, para o cargo de "assessor especial do governador 1", com vencimento inicial previsto de R$ 19.204,22 ao mês.

CRACOLÂNDIA

Nunes quer internação compulsória para quem consome crack

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), defendeu a internação de usuários que consomem crack há mais de cinco anos. Ele também disse que 51% das pessoas na região da cracolândia estão com os pulmões comprometidos.

"É uma avaliação médica, o que não podemos desconsiderar é a realidade dos fatos. Quem está no consumo há mais de cinco anos, são estudos que demonstram, o poder público precisa dar um atendimento, seja internação involuntária, compulsória ou em comunidade terapêutica, seja qual for", afirmou.

A declaração foi feita pelo prefeito durante uma visita na manhã desta sexta-feira às obras de uma unidade do programa Vila Reencontro, que oferece moradia em unidades modulares à população em situação de rua, no Anhangabaú.

"51% das pessoas na cracolândia estão com comprometimento da atividade pulmonar, e a grande maioria, com 50% do pulmão. Estão se encaminhando para a morte e não vamos fazer nada?", disse Nunes. Segundo ele, testes de espirometria têm sido realizados por agentes da secretaria da Saúde. Ainda sobre a possibilidade de internações compulsórias, Nunes disse que vai trabalhar junto com o governador, Tarcisio de Freitas (Republicanos). No próximo dia 23, deve ser lançado um projeto com o detalhamento das ações previstas pelas duas gestões.

"A Prefeitura de São Paulo e o governo do estado darão o atendimento que ele precisa, o que a gente não pode é ter pessoas jogadas na rua se consumindo com o crack. Vai se debilitando até chegar à morte", afirmou Nunes.

Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem priorizado o tema em reuniões com membros da prefeitura e designou o vice-governador, Felicio Ramuth (PSD), para fazer a interlocução com a prefeitura. O governador também se comprometeu a aumentar vagas em comunidades terapêuticas para tratar dependentes químicos. Um convênio entre governo e prefeitura disponibiliza desde o início de 2022 cerca de 1.400 vagas para dependentes químicos em comunidades terapêuticas. Em um ano, quatro pessoas foram encaminhadas para as instituições conveniadas, e o tempo médio de permanência foi de 66 dias, segundo a administração municipal.

A declaração de Nunes ocorre no contexto de mudanças nas ações de controle da cracolândia. Há cerca de duas semanas a Polícia Civil deixou de fichar os dependentes químicos flagrados usando drogas nas calçadas do centro antes de encaminhá-los para unidades de saúde, conforme vinha ocorrendo desde o fim de setembro.

Os registros de termo circunstanciado eram feitos no 77º DP (distrito policial), no mesmo terreno onde funciona um equipamento de atendimento médicos aos usuários.

Na quarta-feira, Nunes afirmou que a polícia vinha "fazendo um trabalho que estava funcionando muito bem" e não soube dizer o motivo da mudança. A Secretaria da Segurança Pública não respondeu à reportagem obre a questão.

No último dia 7, o governo Tarcísio trocou o delegado responsável pelas operações na cracolândia, que vinham sendo realizadas pela Polícia Civil e a GCM (Guarda Civil Metropolitana).

VERÃO: Aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 36º 24º 85% 05:20 18:35

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

As primeiras ideias

Aproveito uma viagem a Vassouras (Fazenda São Luís da Boa Sorte) para realizar uma boa meditação sobre o destino da educação brasileira.

Acompanho com natural curiosidade as primeiras palavras do novo Ministro da Educação, ex-Governador do Ceará Camilo Santana, de 54 anos de idade e pertencente aos quadros do PT.

Sua gestão (entre 2015 e 2022) começou por valorizar todo o processo estadual de alfabetização, e nisso se destacou. Colocou 77 cidades do Ceará entre as 100 melhores do país, segundo o Índice de Desenvolvimento Nacional de Educação Básica (Ideb). Houve continuidade no trabalho e uma forma inteligente de atuação, a partir da cidade de Sobral, quando se registrou uma destacada performance da professora Izolda Cela, hoje convocada para prestar serviços ao MEC. Foram demitidos diretores por indicação meramente política, criadas boas rotinas pedagógicas em salas de aula e notoriamente houve a valorização do magistério, além de assegurar verbas expressivas às prefeituras do Estado. Tudo somado e mais a adoção do necessário tempo integral (sete horas de aulas diárias) deu como consequência um salto na qualidade da educação, o que também aconteceu em Pernambuco.

O que se sabe é que quando não se alfabetiza na idade certa há uma quebra na qualidade da educação, de difícil recuperação ao longo do processo. E há um natural enriquecimento quando se adota o indispensável tempo integral, hoje circunscrito a apenas 9% do total de escolas médias, quando o ideal é que já estivéssemos com 40%.

Não se pode culpar apenas a covid por esse desastre. O governo federal também tem culpa, quando deixa de fornecer os recursos necessários, como aconteceu recentemente com 200 mil estudantes de mestrado, doutorado, pós-doutorado e residência, antes contempladas com bolsas da Capes e que sofreram um lamentável processo de descontinuidade. Não se faz uma adequada política de recursos humanos dessa forma sincopada e absurda. "Não se pode trabalhar pelo futuro da educação com o triste congelamento dos recursos destinados a rubricas essenciais." Esse é um lugar comum do qual não podemos nos dissociar.

MUENCHEN ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS
CNPJ/ME 05.405.581/0001-65 - Matricula RCPJ/RJ: 198.915
Convocação – Ficam convocados todos os sócios quotistas a se reunirem na sede social desta Sociedade, na Avenida Vieira Souto, nº. 216, apto. 102 (parte), na Cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.420-002 ("Sociedade") às 10:00h do dia 30 de janeiro de 2023, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Alteração da sede social da Sociedade (II) Reformulação e consolidação do Contrato Social da Sociedade.
Rio de Janeiro, 11/01/2023
Ass: Cláudia Kurtz de Sousa Gonçalves – Sócia administradora.

NEWE SEGUROS S.A.
CNPJ/ME nº 26.609.195/0001-65 - NIRE 33.3.0032274-4
Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 30/06/2022.
Em 30/06/2022, às 10h, realizada de forma remota e digital através da plataforma eletrônica de reuniões "*Microsoft Teams*". **Convocação e Presença:** Convocação realizada mediante publicação de Edital de Convocação, presença de 99,5% do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Carlos Alberto Caputo; e Secretário: Sr. Adriano Guatimosim Carneiro. **Deliberações:** Alterar a denominação do cargo de Diretor de Infraestrutura Organizacional para Diretor Vice-Presidente de Infraestrutura Organizacional, e do cargo de Diretor Vice-Presidente para Diretor Vice-Presidente de Negócios, sendo necessário, para reformar o Estatuto Social, a alteração do artigo 8º, do §1º do artigo 10, do *caput* do artigo 12 e do artigo 17 e seus parágrafos, para refletir esta alteração. Reformar as competências e regras de administração da Companhia, alterando a redação dos artigos 14, 15 e 16. Aprovadas as deliberações supramencionadas, ratificar todos os cargos dos Diretores, conforme segue: (a) **Diretor-Presidente:** Sr. Carlos Alberto Caputo, brasileiro, RG nº 04.577.157-3, IFP/RJ, CPF nº 641.704.207-30, com mandato até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/ 2024; (b) **Diretor Vice-Presidente de Negócios**: Sr. Rodrigo Motroni de Almeida, RG nº 10.184.950-3, IFP/RJ, CPF nº 077.260.447-99, com mandato até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2024; e (c) **Diretor Vice-Presidente de Infraestrutura Organizacional**: Sr. Norberto Raul Caputo, RG nº 03.730.460-7, Detran/RJ, e CPF nº 414.044.757-53, com domicílio profissional na Avenida Rio Branco, nº 01, conjunto 806, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.090-003, com mandato até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2024. Ratificar as funções dos Diretores perante a SUSEP, conforme a seguir: Funções de caráter executivo ou operacional: (a) Diretor Responsável pelas Relações com a SUSEP: função atribuída ao Diretor Vice-Presidente de Negócios, Sr. Rodrigo Motroni de Almeida; (b) Diretor Responsável Técnico (Circular SUSEP 234 e Resolução CNSP 432): função atribuída ao Diretor Vice-Presidente de Negócios, Sr. Rodrigo Motroni de Almeida; (c) Diretor Responsável Administrativo-Financeiro: função atribuída ao Diretor-Presidente, Sr. Carlos Alberto Caputo; (d) Diretor Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade: função atribuída ao Diretor-Presidente, Sr. Carlos Alberto Caputo; (e) Diretor Responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP 143: função atribuída ao Diretor Vice-Presidente de Negócios, Sr. Rodrigo Motroni de Almeida; (f) Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados: função atribuída ao Diretor Vice-Presidente de Negócios, Sr. Rodrigo Motroni de Almeida; (g) Diretor responsável pela Política Institucional de Conduta: função atribuída ao Diretor Vice-Presidente de Negócios, Sr. Rodrigo Motroni de Almeida; (h) Diretor responsável pelo cumprimento das regras e sistemas de registro das operações de seguro: função atribuída ao Diretor Vice-Presidente de Negócios, Sr. Rodrigo Motroni de Almeida. Funções de caráter de fiscalização ou controle: (a) Diretor Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998 (Circular SUSEP 612): função atribuída ao Diretor Vice-Presidente de Infraestrutura Organizacional, Sr. Norberto Raul Caputo; (b) Diretor responsável pelos controles internos: função atribuída ao Diretor Vice-Presidente de Infraestrutura Organizacional, Sr. Norberto Raul Caputo. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a contemplar as alterações acima provadas. Autorizar os membros da administração da Companhia a realizar todos os atos necessários ou convenientes à fiel implementação das deliberações ora aprovadas. Rio de Janeiro, 30/06/2022. **Carlos Alberto Caputo** - Presidente; **Adriano Guatimosim Carneiro** - Secretário. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - NIRE: 333.0032274-4, Protocolo: 00-2022/875117-9, Data do protocolo: 22/11/2022. Certifico o Arquivamento em 23/11/2022, nº 00005186207. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Armamentismo

Biden ajuda a enterrar pacifismo imposto pelos Estados Unidos ao Japão

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

A visita do primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, ao presidente americano, Joe Biden, nesta sexta-feira, coroa um processo de reversão histórica com ampla repercussão geopolítica. O Japão está deixando de forma acelerada sua tradição pacifista do pós-guerra, abraçando políticas militaristas que podem tornar a ilha um proverbial porta-aviões da liga ocidental que vê com temor a ascensão da China de Xi Jinping.

Tóquio, contudo, tem sua própria agenda, e Kishida deixou isso claro ao visitar outros líderes do G7, o clube dos ricos, antes de se encontrar com Biden. Sua escalada bélica inclui gastos recordes no setor, um acordo de cooperação militar com os britânicos e o primeiro projeto de defesa multinacional, a construção de um caça avançado com Reino Unido e Itália, que dispensou os americanos.

Isso não tira, claro, a primazia de Washington quando o assunto é a inserção japonesa no mundo. Como disse à Folha o chanceler Yoshimasa Hayashi, "a aliança Japão-EUA continua a ser o fundamento da política externa e de segurança nacional" de seu país.

Tudo por cortesia do turbulento século 20, que começou com o expansionismo militarista do Império Japonês, a China de sua época no contexto da Ásia-Pacífico e sem as mesuras dos dias que correm: Tóquio ocupava brutalmente seus vizinhos, como a Manchúria chinesa ou a península coreana.

O processo desaguou na Segunda Guerra Mundial, em que o império foi desossado, 2,5 milhões de japoneses morreram e o país assistiu a duas explosões atômicas americanas. A vitória dos Aliados levou à reorganização da vida política do país por meio de ocupação.

À frente estava o general americano Douglas MacArthur, que desenhou os três princípios que os EUA queriam ver impostos na nova Constituição japonesa: o fim do poder absoluto do imperador e da nobreza, a implantação de um parlamentarismo à britânica e, mais importante, a incapacitação militar do país.

Com efeito, a Carta de 1947 é chamada de Constituição MacArthur, o que não agradou nenhum nacionalista nas décadas seguintes, durante as quais ela nunca foi emendada. Em 1954, as Forças de Autodefesa do Japão foram criadas com o intuito em seu nome, em parceria com os americanos.

O pacifismo imposto por Washington substituiu o militarismo do império, mas ganhou espaço na vida japonesa: o sofrimento pelo bombardeamento do arquipélago foi incomensurável. Os monumentos na reconstruída Hiroshima são um lembrete poderoso disso, assim como as "pagodas da paz" espalhadas pelo mundo por obra do monge budista Nichidatsu Fujii (1885-1985). Mas a reação foi igualmente forte, como os movimentos ultranacionalistas provam -o suicídio ritual do escritor Yukio Mishima em 1970, após tentar um quixotesco golpe para restaurar os poderes imperiais, é um notório símbolo dessa tensão.

Em anos mais recentes, na prática as Forças Armadas já driblavam suas limitações aos poucos, como na transformação de porta-helicópteros em porta-aviões na prática, ao comprar caças de decolagem vertical F-35B americanos. Sob o influente Shinzo Abe, primeiro-ministro mais duradouro do pós-guerra que renunciou por motivos de saúde em 2020 e acabou assassinado no ano passado, o debate ganhou outro patamar com a percepção relatada pelo chanceler Hayashi de que a China é "o maior desafio estratégico, sem precedentes, à garantia da paz e segurança do Japão e do mundo".

Kishida está levando a cabo a reação, com o cuidado de não colocar todos os ovos na cesta americana, escaldado pelo descompromisso de Washington quando Donald Trump era presidente. Até uma aliança mais consistente com a Coreia do Sul, rival histórico, está sendo considerada para a contenção da ditadura nuclear de Kim Jong-un na metade norte da península.

Os países também estão preocupados com a crescente ação conjunta de forças da China e da Rússia na região, ocorrida na esteira da pressão ocidental sobre Moscou devido à Guerra da Ucrânia.

Assim, o Japão anunciou o maior pacote militar de sua história do pós-guerra, prevendo dobrar seu gasto com defesa para 2% do PIB em cinco anos. Instalou mísseis de defesa costeira em Okinawa, o conjunto de ilhas mais próximo da China -e de Taiwan, a ilha autônoma que Pequim promete tomar para si.

Nesta semana, revelou que os EUA terão uma nova base dos Fuzileiros Navais, com capacidades avançadas de inteligência e equipada com mísseis antinavio. Cereja do bolo, há um movimento para mudar a Constituição, liberando os militares para ações ofensivas e enterrando a doutrina MacArthur.

ETNE RJ PARTICIPAÇÕES S.A.
Sociedade Anônima Fechada
CNPJ/MF nº. 23.018.580/0001-40 - NIRE 333.0031719-8
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da **ETNE RJ PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar a distância pela plataforma Google Meet, no link https://meet.google.com/xcp-crwu-vea, às 10h00 de 24/01/2023, para deliberação sobre a seguinte ordem do dia: (i) destituição do Sr. **Heraldo Sérgio de Oliveira Ribas** ao cargo de administrador da Companhia; (ii) eleição de novos diretores para a Companhia; e (iii) outorga de autorização aos administradores para tomarem as medidas e assinarem os documentos necessários ou convenientes à implementação e efeito das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária. Rio de Janeiro/RJ, 16 de janeiro de 2023. **HR COMPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.** Augusto Sérgio de Oliveira Ribas - Sócio-administrador

UFV BR V EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ/ME n.º 32.661.692/0001-05 - NIRE 33210863967
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS
REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022.
1. Data, Hora e Local: 30/12/2022, às 10h00, no Município de Itaperuna/RJ, na sede da Sociedade. **2. Convocação, Instalação e Lavratura**: Dispensadas em decorrência da presença de 100% do capital social da Sociedade. **Presença**: **(i) Greenyellow Brazil B.V.**, CNPJ/MF n.º 22.011.792/0001-32, p.p. Sr. **Eduardo Gonçalves do Nascimento**, RG n.º 32.045.873-8 SSP/SP, CPF/MF n.º 218.141.538-29; e **(ii) Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.**, CNPJ/MF n.º 20.993.615/0001-73, por seu Diretor Financeiro, Sr. **Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton**, portador do RNE n.º F1046330, CPF/MF n.º 242.509.528-43. **4. Mesa**: **Presidente**: Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton; **Secretário**: Marlon Fabiano Rosa da Cruz. **5. Ordem do Dia**: Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** Aprovar a redução do capital social da Sociedade; **(ii)** Estabelecer a forma de restituição do capital social reduzido; e **(iii)** Alterar o Capítulo Quarto do Contrato Social da Sociedade. **6. Deliberações**: **(i)** Aprovar a redução desproporcional do capital social da Sociedade no montante de R$3.039.361,00 por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 3.039.361 quotas sociais anteriormente detidas pela sócia **Greenyellow Brazil B.V.**, passando o capital **dos atuais** R$10.814.000,00, divididos em 10.814.000 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, **para** R$ 7.774.639,00, divididos em 7.774.639 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada. **(ii)** As sócias declaram que a redução de capital será realizada com a restituição dos valores à sócia **Greenyellow Brazil B.V.**, mediante a cessão de direitos creditórios detidos pela Sociedade para a **Greenyellow Brazil B.V.**, conforme Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios celebrado entre as partes e devidamente arquivado na sede da Sociedade, observadas as formalidades do Artigo 1.084 do Código Civil. **(iii)** Aprovar a alteração do Capítulo Quarto do Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte redação: "***CAPÍTULO QUARTO* - *CAPITAL SOCIAL: 4.1.*** *O capital social da Sociedade totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$7.774.639,00, divididos em 7.774.639 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, assim distribuídas entre as sócias:* ***Sócias:*** *Greenyellow Brazil B.V.* ***N.º de Quotas:*** *7.774.638;* ***Valor (em R$):*** *R$7.774.638,00;* ***Sócias:*** *Greenyellow Do Brasil Energia e Serviços Ltda.* ***N.º de Quotas:*** *1;* ***Valor (em R$)*** *R$1,00.* ***Total N.º de Quotas: 7.774.639; Valor Total (em R$) R$7.774.639,00. (...)".*** **7.** Aprovada a publicação da ata da presente Reunião para conhecimento de eventuais credores da Sociedade, aguardando-se o prazo legal de 90 dias para efetivar a redução do capital mediante a respectiva alteração do Contrato Social a ser registrada perante a JUCERJA. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida, foi assinada pelas sócias, bem como pelo presidente e pelo secretário. Itaperuna (RJ), 30/12/2022. **Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton** - Presidente; **Marlon Fabiano Rosa da Cruz** - Secretário . **Sócias**: **Greenyellow Brazil B.V.** p.p. Eduardo Gonçalves do Nascimento; **Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda**. Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton - Diretor Financeiro.

UFV BR XX CONSULTORIA EM GESTÃO E INSTALAÇÃO FOTOVOLTAICA LTDA.
CNPJ/MF n.º 36.489.543/0001-61 - NIRE 33211348951
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS
REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022.
1. Data, Hora e Local: 30/12/2022, às 10h00, no Município de Paty do Alferes/RJ, na sede da Sociedade. **2. Convocação, Instalação e Lavratura**: Dispensadas em decorrência da presença de 100% do capital social da Sociedade. **3. Presença**: **(i) Greenyellow Brazil B.V.**, CNPJ/MF n.º 22.011.792/0001-32, p.p. Sr. **Eduardo Gonçalves do Nascimento**, RG n.º 32.045.873-8 SSP/SP, CPF/MF n.º 218.141.538-29; e **(ii) Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.**, CNPJ/MF n.º 20.993.615/0001-73, por seu Diretor Financeiro, Sr. **Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton**, portador do RNE n.º F1046330, CPF/MF n.º 242.509.528-43. **4. Mesa**: **Presidente**: Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton; **Secretário**: Marlon Fabiano Rosa da Cruz. **5. Ordem do Dia**: Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** Aprovar a redução do capital social da Sociedade; **(ii)** Estabelecer a forma de restituição do capital social reduzido; e **(iii)** Alterar o Capítulo Quarto do Contrato Social da Sociedade. **6. Deliberações**: **(i)** Aprovar a redução desproporcional do capital social da Sociedade no montante de R$7.022.830,00 por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 7.022.830 quotas sociais anteriormente detidas pela sócia **Greenyellow Brazil B.V.**, passando o capital **dos atuais** R$10.150.001,00, divididos em 10.150.001 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, **para** R$3.127.171,00, divididos em 3.127.171 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada. **(ii)** As sócias declaram que a redução de capital será realizada com a restituição dos valores à sócia **Greenyellow Brazil B.V.**, mediante a cessão de direitos creditórios detidos pela Sociedade para a **Greenyellow Brazil B.V.**, conforme Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios celebrado entre as partes e devidamente arquivado na sede da Sociedade, observadas as formalidades do Artigo 1.084 do Código Civil. **(iii)** Aprovar a alteração do Capítulo Quarto do Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte redação: "***CAPÍTULO QUARTO* - *CAPITAL SOCIAL: 4.1.*** *O capital social da Sociedade totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$3.127.171,00, divididos em 3.127.171 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, assim distribuídas entre as sócias:* **Sócias:** Greenyellow Brazil B.V. **N.º de Quotas:** 3.127.170; **Valor (em R$)** : R$3.127.170,00; **Sócias:** Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. **N.º de Quotas**: 1; **Valor (em R$)** R$1,00. **Total N.º de Quotas: 3.127.171; Valor Total (em R$): R$3.127.171,00.** ***(...)".*** **7.** Aprovada a publicação da ata da presente Reunião para conhecimento de eventuais credores da Sociedade, aguardando-se o prazo legal de 90 dias para efetivar a redução do capital mediante a respectiva alteração do Contrato Social a ser registrada perante a JUCERJA. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida, foi assinada pelas sócias, bem como pelo presidente e pelo secretário. Paty do Alferes (RJ), 30/12/2022. **Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton**- Presidente; **Marlon Fabiano Rosa da Cruz** - Secretário. **Sócias**: **Greenyellow Brazil B.V.** p.p. Eduardo Gonçalves do Nascimento; **Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda**. Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton - Diretor Financeiro.

Turismo

Freixo é nomeado presidente da Embratur

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O deputado federal Marcelo Freixo (PT-RJ) foi nomeado presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), órgão vinculado ao Ministério do Turismo. O decreto presidencial com a nomeação foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União, na noite de quinta-feira passada.

Por meio de redes sociais, Freixo disse que trabalhará visando recuperar a imagem do Brasil no exterior para atrair mais turistas, investimentos e criar empregos. "O primeiro passo é arrumar a casa. A situação na Embratur é de caos administrativo e ineficiência. Por isso, vamos passar o pente-fino nos contratos para acabar com o desperdício", escreveu o novo presidente da Embratur.

Freixo disse que fará uma gestão "técnica e transparente, retomando o foco em marketing, promoção e apoio à comercialização do Brasil no exterior", e que esse trabalho será executado tendo por base inteligência de dados, parcerias, inovação, agregando, também uma agenda de sustentabilidade e ações climáticas.

"O turismo é essencial para superarmos a crise e criarmos emprego, o que falta são políticas públicas e programas que fortaleçam o setor, em sintonia com as transformações recentes em nossa sociedade e o dinamismo que vimos em outros destinos turísticos no mundo", disse.

"Para alcançarmos esses objetivos, vamos nos articular e realizar ações integradas com diversos ministérios para promovermos o turismo brasileiro. Também retomaremos imediatamente o diálogo com representantes do setor após 4 anos de isolamento", acrescentou.

O novo presidente da Embratur descreveu como "missão" no cargo a de dar ao turismo "o protagonismo que ele merece e que o mundo espera" do Brasil.

Bancos

Desarticulada quadrilha especializada em fraudes

Policiais civis da 16ª DP (Barra da Tijuca) realizaram, nesta sexta-feira, operação para desarticular parte de quadrilha especializada em fraudes bancárias. O grupo também é investigado por extorquir e sequestrar um dos próprios comparsas e seus familiares. Segundo as investigações, a organização criminosa fez dezenas de vítimas em todo o Brasil e movimentou mais de R$ 8 milhões com os golpes.

A quadrilha enganava as vítimas e tinha acesso a dados pessoais. Integrantes se passavam por funcionários da agência bancária e conseguiam transferir altas quantias em dinheiro de suas contas. Os alvos dos mandados de prisão preventiva eram o chefe do bando e mais dois integrantes, que foram presos.

De acordo com as investigações, o grupo planejou e executou um sequestro, em dezembro de 2020. Na ocasião, os criminosos utilizaram a conta de uma empresa de fachada para um depósito de R$ 100 mil. No entanto, os destinatários dos valores, que faziam parte do esquema, resolveram ficar com a quantia e não repassaram ao restante da quadrilha.